



Zero Hora, 14 de Julho de 2016

A RECEITA TROPICAL



PEDRO DUTRA FONSECA

Professor titular do Departamento de Economia e
Relações Internacionais da UFRGS
pedro.fonseca@ufrgs.br

Ao propor como meta fiscal um déficit de R\$ 139 bilhões para 2017, postergar para 2018 o crescimento de receita acima de despesas, sem descartar aumento de impostos, e só acenar para possível superávit primário em 2019, o Ministério da Fazenda consagra o retorno à cena do gradualismo. Como o nome sugere, tal opção firma que as medidas amargas não devem ser feitas de forma abrupta (os tradicionais “pacotes”), mas – ao contrário do que aconselhava Maquiavel – aos poucos.

Não há consenso se medidas de estabilização devam ser adotadas através de um choque único e incisivo para reverter expectativas ou de forma gradual. Ambas as estratégias têm custos e benefícios. A experiência brasileira não ajuda para uma resposta definitiva. Por exemplo: o gradualismo deu certo no governo Castelo Branco e preparou o terreno para o “milagre econômico” dos anos seguintes, mas foi ineficaz no período de Figueiredo, e a inflação permaneceu alta ao longo da década “perdida” de 1980. O Plano Real, com a heterodoxa URV, não deixa de ser

exemplo de gradualismo que logrou êxito no combate à inflação.

O gradualismo, avesso a antagonismos descobertos, caiu bem aqui nos trópicos lusitanos, marcados pela cordialidade de Sérgio Buarque e pela acomodação e negociação como caminho para dirimir conflitos, como interpretava Florestan Fernandes. Sua grande vantagem é mitigar enfrentamentos e suavizar ajustes dolorosos, diluindo-os no tempo. Também facilita a correção de erros de política econômica. Entretanto, seu maior gargalo é exigir alta credibilidade dos governantes, pois o gradual pode ser entendido pelos agentes econômicos como fraqueza ou indisposição política para tomar decisões: pode ser percebido como protelatório. Meirelles, por sua trajetória, principalmente no Banco Central no governo Lula, preenche a condição, mas é difícil crer que o mesmo ocorra com o conjunto do governo, não só por sua transitoriedade, mas pela base política de onde vem e que, se confirmado, lhe dará sustentação. Tradição pesa no imaginário político, sem contar que legitimidade e credibilidade são indissociáveis.